

Empresa de
Transmissão de
Energia do Mato
Grosso S.A -
ETEM

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando



aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
CIRCULANTE			
		19.034	21.141
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.787	3.641
Títulos e valores mobiliários	6	2.333	2.340
Contas a receber ativo financeiro	7	13.808	14.250
Outros ativos		1.106	910
NÃO CIRCULANTE			
		102.567	95.510
Contas a receber ativo financeiro	7	102.362	95.336
Depósitos judiciais		205	174
TOTAL DO ATIVO		121.601	116.651
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		11.593	11.162
Empréstimos e financiamentos	8	3.531	3.493
Fornecedores		1.172	907
Partes relacionadas - Dividendos	15.2	5.402	5.374
Encargos regulatórios		442	437
Outros passivos		1.046	951
NÃO CIRCULANTE			
		37.690	39.020
Empréstimos e financiamentos	8	28.471	31.435
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	8.145	6.472
Outros passivos		1.074	1.113
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		72.318	66.469
Capital social	11.1	43.000	42.686
Reservas de lucros		29.318	23.783
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121.601	116.651

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	17.759	16.108
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados		(4.699)	(2.346)
Custo de infraestrutura		(49)	(483)
		(4.748)	(2.829)
LUCRO BRUTO		13.011	13.279
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(549)	(328)
Pessoal		(236)	(88)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(73)	(89)
		(858)	(505)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		12.153	12.774
Despesas financeiras	13	(3.413)	(3.335)
Receitas financeiras	13	791	539
		(2.622)	(2.796)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		9.531	9.978
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(599)	(1.685)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(1.673)	(3.246)
		(2.272)	(4.931)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.259	5.047
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$		0,16881	0,11737
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		43.000	43.000

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.259	5.047
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>7.259</u>	<u>5.047</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		43.000	(314)	1.340	-	18.594	-	62.620
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.047	5.047
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	-	252	-	-	(252)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	2.727	(2.727)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(1.198)	(1.198)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	870	-	(870)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		43.000	(314)	1.592	870	21.321	-	66.469
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.259	7.259
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	-	363	-	-	(363)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	4.459	(4.459)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(1.724)	(1.724)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	713	-	(713)	-
Capital a integralizar		-	314	-	-	-	-	314
Saldos em 31 de dezembro de 2016		43.000	-	1.955	1.583	25.780	-	72.318

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.531	9.978
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Variações monetárias e cambiais líquidas	3.260	3.098
Receita de aplicações financeiras	(295)	(274)
Atualização monetária - impostos a recuperar	(44)	(14)
	12.452	12.788
(Aumento) no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	(6.584)	(4.034)
Outros ativos	(184)	(124)
	(6.768)	(4.158)
(Redução) no passivo		
Fornecedores	265	(484)
Encargos regulatórios	(24)	(103)
Outros passivos	(542)	66
	(301)	(521)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.383	8.109
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	640	-
Investimentos em aplicações financeiras	(338)	-
Caixa líquido proveniente atividades de investimentos	302	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	314	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.696)	-
Pagamento de juros do financiamento	(2.769)	(2.946)
Amortização do financiamento	(3.388)	(3.359)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(7.539)	(6.305)
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.854)	1.804
Demonstração do aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	3.641	1.837
Saldo no final do exercício	1.787	3.641
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.854)	1.804

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (“Companhia” ou “ETEM”) foi constituída em 14 de julho de 2010, e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2010	30	2040	R\$ 12.045	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente.

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 14 de fevereiro de 2017.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

3.1.2 Contas a receber ativo financeiro

A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2016 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pela concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 Imposto sobre a receita

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.7 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.8 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP:

3.8.1 *Receita de desenvolvimento de infraestrutura*

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.8.2 *Receita de remuneração dos ativos da concessão*

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.8.3 *Receita de operação e manutenção*

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.8.4 *Receita de juros*

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8.5 *Lucro por ação*

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 *Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC*

4.1 *Novas normas, alterações e interpretações de normas*

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período.	A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>		
Numerário disponível	17	3
Certificados de depósitos bancários	1.770	3.638
	<u>1.787</u>	<u>3.641</u>

Os certificados de depósitos bancários possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média a 85,60% do CDI em 31 de dezembro de 2016 e 85% em 31 de dezembro de 2015.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$2.333 (R\$ 2.340 em 31 de dezembro de 2015), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 98,44% do CDI em 31 de dezembro de 2016 e em 98,91% em 31 de dezembro de 2015.

7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	106.196
Receita de operação e manutenção (nota 12)	2.909
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	14.300
Receita de infra-estrutura (nota 12)	483
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(14.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	109.586
Receita de operação e manutenção (nota 12)	5.700
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	13.972
Receita de infra-estrutura (nota 12)	49
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(13.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	116.170
Contas a receber ativo financeiro - circulante	13.808
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante	102.362
	116.170

(c)

8 Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos, financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante		
			Encargos	Principal	31/12/2016	31/12/2015	Principal	31/12/2016	31/12/2015
BNDES - Subcrédito A	15/04/2026	TJLP + 2,44% aa	112	3.309	3.421	3.383	27.573	27.573	30.445
BNDES - Subcrédito B	15/04/2026	TJLP + 2,04% aa	3	107	110	110	898	898	990
			115	3.416	3.531	3.493	28.471	28.471	31.435

b.

Em 27 de janeiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante de R\$45.000, sendo o subcrédito “A” com incidência de taxa de juros de TJLP + 2,44 % a.a., e o subcrédito “B” com incidência de taxa de juros de TJLP + 2,04 % a.a. Esta captação possui vencimento mensal do principal e dos encargos, sendo a primeira amortização em 2012 e a última em 2026. Este empréstimo tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010.

Este contrato com o BNDES estabelece condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de

Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Qualquer inadimplemento aos termos do contrato de financiamento que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da dívida. A Administração mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- c. Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES	3.416	3.416	3.416	3.416	3.416	11.391	28.471
	<u>3.416</u>	<u>3.416</u>	<u>3.416</u>	<u>3.416</u>	<u>3.416</u>	<u>11.391</u>	<u>28.471</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão. Até o exercício fiscal de 2014 a Companhia foi optante pelo regime de tributação lucro presumido e a partir do ano calendário de 2015 passou a optar pelo lucro real com o incentivo fiscal da SUDAM, correspondente à redução de imposto de renda equivalente a 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruição do benefício se dará nos próximos 9 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda.

Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação.

Os registros contábeis foram efetuados em contrapartida nas contas de resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

**Empresa de Transmissão de Energia do
Mato Grosso S.A - ETEM**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Base de cálculo	29.638	29.638	26.652	26.652
Imposto diferido - base de cálculo (1)	19.329	29.638	16.658	26.652
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	10.309	-	9.995	-
Alíquota efetiva (1)	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6%	0%	6%	0%
Total tributo alíquota efetiva (1)	4.833	2.667	4.164	2.399
Total tributo alíquota incentivada	644	-	625	-
Total IRPJ e CSLL diferido	5.478	2.667	4.789	2.399
		7.501		6.563
		644		625
		8.145		7.188

(1) Art. 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá:

I - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007;

II - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro presumido			Lucro real		Lucro real	
	2013	Adições	2014	Adições	2015	Adições	2016
Imposto de renda diferido	1.994	101	2.095	2.216	4.311	1.165	5.476
Contribuição social diferida	1.076	55	1.131	1.030	2.161	508	2.669
	3.070	156	3.226	3.246	6.472	1.673	8.145

10 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda que sejam de valor relevante.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 43.000 composto por 43.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 03 de novembro de 2015, mediante “Termo de Cessão e Transferência de Ações Ordinárias Nominativas a Título Gratuito” celebrado entre a Alupar Investimento S.A. (Cessionário) e a Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. (Cedente), ocorreu a cessão por parte da Bimetal, de 314.048 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal do capital social, a título gratuito, da Companhia. Desse modo, a Alupar passou a deter 27.000.000 ações ordinárias correspondendo a 62,79% do capital social. Em 12 de janeiro de 2016 a Alupar integralizou o valor de R\$ 314.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	27.000.000	62,79	26.685.952	62,06
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.	16.000.000	37,21	16.314.048	37,94
Total das ações	43.000.000	100,00	43.000.000	100,00

11.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	7.259	5.047
Constituição de reserva legal (5%)	(363)	(252)
Subtotal	6.896	4.795
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.724)	(1.198)
Reserva de lucros	(4.459)	(2.727)
Reserva de incentivos fiscais	(713)	(870)
Saldo de lucros acumulados	-	-

12 Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta	19.721	17.692
Receita de operação e manutenção	5.700	2.909
Remuneração do ativo de concessão	13.972	14.300
Receita de infra-estrutura	49	483
Deduções da receita operacional	(1.962)	(1.584)
Programa de Integração Social - PIS	(259)	(192)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.184)	(883)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(348)	(341)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(117)	(115)
Taxa de fiscalização	(54)	(53)
Receita operacional líquida	17.759	16.108

13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras	791	539
Receita de aplicações financeiras	743	535
Outros	48	4
Despesas financeiras	(3.413)	(3.335)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.755)	(2.950)
Atualização monetária	-	(213)
Outros	(658)	(172)
Total líquido	(2.622)	(2.796)

14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	9.532	9.532	9.978	9.978
(+) Adições/Exclusões	(5.474)	(5.474)	(5.056)	(5.056)
Compensação de prejuízo fiscal - 30%		-	-	-
Base de cálculo	4.058	4.058	4.922	4.922
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(991)	(365)	(1.207)	(443)
Lei Rouanet (-) 1%	6	-	-	-
Art. 69 Lei 12.973	28	10	(673)	(232)
Incentivo fiscal SUDAM	713	-	870	-
Total dos tributos correntes	(244)	(355)	(1.010)	(675)

15 Partes relacionadas

15.1 Remuneração da alta Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a remuneração da alta administração foi de R\$ 73 e R\$ 89, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

15.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, totalizando R\$ 5.402.

16 Instrumentos financeiros

16.1 Considerações gerais

As Companhias mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência

deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

16.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação desses permanece inalterada, sendo as mesmas classificadas por meio do resultado.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como empréstimos e recebíveis e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

16.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o contas a receber ativo financeiro e aplicações financeiras vinculadas ao CDI, que estão em caixa e equivalentes de caixa.

16.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

16.4.1 Risco de crédito

a. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

16.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

16.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

16.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJLP.

16.4.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

17 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.

* * *

Lucilene Silva
Contadora - CRC 1 SP 289.421-O-1

Enio Luigi Nucci
Diretor Administrativo financeiro